

Metodologia da História Oral: Desafios e possibilidades de uma prática contra hegemônica

Oral History Methodology: Challenges and possibilities of a counter-hegemonic practice

Letícia de Paula e Silva Andrade¹

147

Resumo: Este artigo trata da metodologia da História Oral e tem por objetivo de pesquisa investigá-la quanto a seus desafios (resistências hegemônicas que sofre enquanto método de pesquisa válido) e possibilidades como prática contra hegemônica. A metodologia usada no artigo é qualitativa e bibliográfica. Os resultados consistem na evidência da História Oral enquanto parte de um movimento de produção do conhecimento emancipatório por transformar as relações de poder e conhecimento ao tornar o “objeto estudado” em sujeito da pesquisa, assim como permitir-lhe reflexões críticas acerca de si enquanto sujeito criador e participante ativo da história, fornecendo possibilidades outras de conhecimento e contação da realidade histórica, que não deixam de ser rigorosas e fundamentadas epistemologicamente.

Palavras-chave: História Oral. Metodologia. Contra-hegemônico

Abstract: This article deals with the methodology of Oral History and its research objective is to investigate its challenges (hegemonic resistance that it suffers as a valid research method) and possibilities as a counter-hegemonic practice. The methodology used in the article is qualitative and bibliographic. The results consist of the evidence of Oral History as part of a movement to produce emancipatory knowledge by transforming relations of power and knowledge by turning the “studied object” into the subject of research, as well as allowing critical reflections about oneself as a subject, creator and active participant in history, providing other possibilities for knowledge and telling of historical reality, which are still rigorous and epistemologically based.

Keywords: Oral History. Methodology. Counter Hegemonic

1 Introdução

¹ Licenciada em Geografia, Mestre em Geografia e Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia-MG; Orcid 0000-0002-4007-5678; leticia.andrade@ufu.br ; Estudante bolsista com apoio e financiamento CAPES.

Recebido em 20/12/2023

Aprovado em 24/01/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Inicia-se este artigo tratando da pesquisa qualitativa enquanto método que prioriza significações, contextualizações e compreensões sociais diversas, para então localizar e discorrer acerca da metodologia da História Oral com sua breve cronologia, evidenciando os desafios enfrentados ao longo das épocas quanto às contestações de sua credibilidade, e da mesma forma, vão sendo apresentadas suas refutações e possibilidades. Sobre a metodologia referida, são apresentados seus fundamentos epistemológicos, suas práticas e estilos, seus procedimentos e compreensões críticas, assim como se buscou, enquanto objetivo de pesquisa, investigá-la quanto a seus desafios (resistências hegemônicas que sofre enquanto método de pesquisa válido) e possibilidades como prática contra hegemônica.

2 Desenvolvimento

A pesquisa qualitativa consiste em uma abordagem de pesquisa que busca a interpretação e compreensão de questões sociais, comportamentais e culturais. Diferentemente da abordagem quantitativa, que é baseada em estatísticas e dados numéricos, a pesquisa qualitativa se concentra nos significados e experiências através de métodos mais interpretativos e descritivos. Para Alves (2016), é de extrema importância que na pesquisa qualitativa a/o pesquisadora/or sempre leve em consideração os contextos dos fenômenos investigados, por meio de descrições detalhadas e através de variadas fontes para uma contextualização aprofundada e para uma compreensão mais completa.

Gonçalves e Lisboa (2007) destacam a relevância da pesquisa qualitativa em abarcar uma inseparável relação entre a base material e o pensamento, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados, entre a ação de mulheres e homens enquanto sujeitos históricos e as determinações do mundo que as/os condicionam; assim, constitui-se como uma abordagem valorizada por permitir uma melhor compreensão da realidade vivida socialmente, por considerar o universo das representações, significados, crenças e valores, detalhando o não-perceptível das relações sociais.

Alves (2016) ainda ressalta que, tradicionalmente, a pesquisa era um campo em que prevalecia definições operacionais, questões da mensuração, testes de hipótese, estatísticas e variáveis, e se estendeu para abranger uma metodologia de pesquisa e investigação que prioriza a teoria fundamentada, a descrição, indução e o estudo das percepções individuais.

A partir do iluminismo, elucidam Gonçalves e Lisboa (2007), a pesquisa em sociologia foi focada na suposta neutralidade e objetividade científica, na relação impessoal e no

distanciamento entre pesquisadora/or e sujeito pesquisado, e foi a partir da filosofia kantiana que as ciências sociais e a pesquisa, mesmo com seu intuito básico da produção de conhecimento, passam a ser salientadas como uma relação entre sujeitos, e desta forma, as metodologias qualitativas ofereceram/oferecem contribuições relevantes para as ciências sociais, pela eficácia desenvolvida nas áreas exploratórias e campos temáticos onde, por vezes, as fontes não são acessíveis, priorizadas ou organizadas. O que não anula a importância e contribuição das pesquisas quantitativas, que podem, em complemento com as qualitativas, oferecer uma compreensão ainda mais completa e dinâmica às pesquisas.

Desta forma, como estipulado por Martinelli (1999 apud Gonçalves e Lisboa, 2007), três questões principais atribuem importância à pesquisa qualitativa, sendo: Seu caráter renovador enquanto pesquisa que procura os significados que os sujeitos conferem às suas experiências sociais; a dimensão política que possui enquanto construção coletiva e dialética ao partir da realidade dos sujeitos e a eles retornar de maneira crítica e por se tratar de um exercício político de construção coletiva que se dá através da complementaridade e não da exclusão.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa detém e oferece inúmeras possibilidades metodológicas a serem seguidas, dentre elas, a metodologia da História Oral, que é caracterizada por “ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela” (Alves, 2016, p.3), e segundo a autora, é uma metodologia significativa que provoca mudanças de postura e compreensão tanto para a/o pesquisadora/or, como para o sujeito pesquisado.

Matos e Senna (2011) evidenciam que os registros da oralidade são uma possibilidade de sistematizar as lembranças enquanto referências e indicadores para variados estudos e que o que se chama de história oral é uma prática antiga, relacionada aos contos populares e ao universo da própria comunicação humana, já que a História mesmo, surgiu através da oralidade, até ser escrita através de depoimentos, impressões e legislações, mas sempre com o intuito de perpetuar o passado.

Uma compreensão que parece imprescindível às pesquisas mas que pouco é refletida, é sobre o atuante poder hegemônico (acrescenta-se eurocêntrico ocidental) em determinar o que é ciência, quais metodologias são apropriadas ou desconsideradas, em determinar a forma de compreensão, cronologia e contação da própria história e a consequente imposição de sua verdade a todas as sociedades. Como é elaborado por Pereira Júnior e Birochi (2022), que afirmam que ao longo do tempo, a principal linha de pesquisa em ciências sociais que utilizava métodos históricos focou na macro história a partir do ponto de vista e lugar social da “história

do vencedor”, elucidando como as ideologias estão presentes na maneira de contar a história e que geram distorções em sua apreensão, entretanto, os autores colocam que “Todavia, nos últimos anos tem crescido o interesse por aspectos do “lado b” de fatos que impactam e/ou são impactados por aspectos macro-históricos. Tem-se então a micro história”. (PEREIRA JÚNIOR; BIROCHI, 2022, p.122)

Dessa forma, os referidos autores se apoiam em (Santos, 2016, apud Pereira Júnior e Birochi, 2022) para evidenciar como a micro história traz uma outra perspectiva e alternativa à macro história, ao passo que vai deter pequenas histórias que possuem significado e sentido em si mesmas, e que não deixam de refletir as estruturas globalizantes e generalizantes; desta forma, afirmam que a micro história, como parte da etnopesquisa, é uma ciência do vivido que busca entrelaçar a história por suas vertentes econômica, social e cultural, visto que a hegemonia das relações sociais passou a ser reconhecida primeiramente em âmbito cultural, e que assim vai compor o âmbito social em suas contradições, inteligibilidade e conflitos, e ressaltam que a potência da mudança está sobretudo no mundo cultural.

Matos e Senna se apoiam em (Joutard, 1996 apud Matos e Senna, 2011) para desenvolverem uma cronologia da história oral, evidenciando como a partir do século XVII efetivou-se cientificamente uma oposição à tradição oral e sua reintrodução se deu no decorrer do século XX, nos Estados Unidos, com a realização de seminários e lançamento de revistas por historiadores em suas instituições e com a criação do gravador, nos anos 1950, a metodologia se desenvolveu ainda mais no país e posteriormente na Europa; na Itália, no fim dos anos 1960, surgiu a segunda geração de historiadores orais, que buscavam reconstruir a cultura popular e compreendiam a fonte oral como uma outra história, uma história alternativa e não como um complemento simplesmente; o marco para a terceira geração foram dois encontros, um em São Francisco em 1975 e o outro em Bolonha em 1976; na França em 1975 dois grandes projetos coletivos se destacaram, um acerca dos arquivos orais da previdência social e o outro voltado a pesquisas sobre etnotextos; na América Latina, na década de 1970, houve um desenvolvimento nas áreas da história política e antropologia; é discorrido então que a partir da terceira geração se consolidaram vários grupos de historiadores orais, e as duas décadas seguintes marcaram as novas pesquisas e encontros focados nos debates sobre as fontes orais, mais especificamente nos anos 1980 ocorreram vários encontros internacionais, a ponto de se criar uma associação de historiadores orais; a quarta geração se consolidou nos anos 1990 por conta de acontecimentos que favoreceram sua expansão, como os estudos stalinistas, a queda do muro de Berlim, as ocorrências no Leste Europeu, o que fez com que as fontes orais

fossem amplamente utilizadas e assim se estruturou uma metodologia e sua organização teórica dentro do que passou a ser chamado de história oral.

De acordo com Matos e Senna (2011) ao discorrerem sobre o preconceito contínuo existente contra a metodologia, apontam que foi através dos movimentos de renovação metodológica feito pelas escolas britânicas, norte-americanas e francesas que houve um alargamento do campo de pesquisa e fez com que as fontes orais fossem utilizadas com mais regularidade, de modo a romper com alguns dos preconceitos.

Pereira Júnior e Birochi (2022) explicam que até a década de 1970, a metodologia da História Oral sofria resistências pela própria história, porque a história dominante tinha como base o modelo estruturalista e pré-julgava que documentos escritos possuíam a objetividade que os relatos orais não possuíam, pois estes estariam impregnados apenas de subjetividade e isso caracterizaria menos rigor metodológico (a oralidade estava relacionada à falhas da memória e das percepções pessoais, como ocorria com as pesquisas qualitativas de modo geral), e a maneira “certa” do fazer científico deveria ser impessoal na caracterização das estruturas, mas a partir dos anos 1990, a visão estruturalista foi mitigada como modelo único e a anulação das críticas tradicionais tornaram possível a expansão das pesquisas em história e História oral, ocorrendo uma valorização da metodologia e das pesquisas qualitativas de maneira geral, pela evidência das experiências pessoais e sua aceitação como parte dos estudos contemporâneos. Os autores colocam que, por volta do século XXI, a academia passou a demonstrar mais aceitação pela metodologia, por admitir que documentos escritos também refletem subjetividades e a subjetividade, por si só, pode ser entendida como objeto do pensamento científico, pode se constituir como dado objetivo para auxiliar na compreensão dos motivos pelos quais alguns fenômenos são interpretados de uma maneira e não de outra.

Entretanto, ainda referenciando (Joutard, 1996 apud Matos e Senna, 2011), desde o início foi realizada uma divisão na história oral, entre uma que tinha relação com as ciências políticas, voltada às elites e aos considerados notáveis, e outra que debruçava seu interesse nas populações que não tinham suas histórias contadas, registradas, que tinham predomínio da tradição oral, com aproximação à antropologia; nesse sentido, a história oral é empregada com diferentes propósitos, no primeiro caso, como prática que usa as entrevistas como complemento de outros documentos e pesquisa somente os personagens principais, e a outra, a história oral antropológica que se desenvolveu depois, que objetiva o registro de assuntos presentes nas experiências nacionalistas dos países, em que há um predomínio desta tendência e que permitiu sua extensão metodológica. Destaca-se, também, a relação da história oral com outras

disciplinas que também fazem uso da pesquisa oral, mostrando seu caráter multidisciplinar, em especial as contribuições da psicanálise, por considerar a experiência humana por outras dimensões, como o inconsciente.

Nesse sentido, enquadrar a História Oral como limitada, como é comum da parte dos contrários a ela, é o mesmo que ignorar que a ação social pode ser compreendida como resultado de uma constante manipulação, negociação e escolhas individuais perante uma realidade normativa homogeneizante, que embora seja difusa, permite possibilidades de liberdade e interpretações pessoais, como dito por (Santos, 2016, apud Pereira Júnior e Birochi, 2022), e o autor complementa ainda que, a redução da escala é um processo analítico que pode ser feito independente das dimensões do objeto da pesquisa e por isso, deve-se considerar a variação de escalas de observação, como é realizado na história oral.

Pereira Júnior e Birochi (2022) ainda colocam que subjugar a história oral como indicada somente a alguns objetos e não para outros, é um movimento de anulação do sujeito-ator como centro da construção da história, para que a história seja contada por um terceiro que pode prestar manutenção ao *status quo* das relações de poder, reproduzindo posicionamentos e ideologias, assim como determinar os protagonistas e coadjuvantes da história. Eles exemplificam através da História da África, que foi contada a partir da perspectiva eurocêntrica como precária e as narrativas desenvolvidas buscavam justificar a exploração do continente, mitigar a questão da escravidão e colocar as/os africanas/os como escravos sem história anterior e a História Oral fornece justamente um movimento contrário, ao passo em que permite que os próprios sujeitos narrem sua história, enquanto povo com grande riqueza sociocultural que lutou e resistiu às perversidades do homem branco.

E um aspecto interessante sobre a metodologia é destacado por Alves (2016), em que no decorrer da entrevista, é possível que a/o entrevistada/do desenvolva reflexões sobre sua prática, assim como reformule suas ideias a partir das indagações e da escuta depositadas na relação pela/o pesquisadora/or. A autora se baseia em Le Vem (1997, p.220) para discorrer que as entrevistas podem proporcionar à/o entrevistada/do uma reformulação de sua própria identidade, assim como pode se entender enquanto parte e criadora/or da história, transformadora/or do mundo, questionadora/or das questões sociais; e nesse movimento e processo de auto-análise, a/o entrevistada/do, de objeto de pesquisa, passa a ser sujeito, pois reconhece e percebe não apenas sua história de vida, mas seu próprio projeto de vida.

2.1 Fundamentos epistemológicos da história oral - Práticas e estilos

Gonçalves e Lisboa (2007) trazem uma seção em seu artigo voltada especificamente para os fundamentos epistemológicos da história oral, evidenciando que a metodologia precisa ser fundamentada para ser conferida enquanto ciência, rebatendo as críticas e contestações acerca da falta de credibilidade do método. Então explicam que na história oral, em suas modalidades de narrativa, trajetórias ou histórias de vida, requer a utilização de fundamentos epistemológicos, em que a/o pesquisadora/or conduz as investigações através de pressupostos que delimitam a compreensão sobre o uso dos procedimentos metodológicos em questão, e que assim será definido o caráter da investigação social; sendo a epistemologia a responsável por determinar as condições objetivas dos conhecimentos científicos, assim como dos modos de observação e experimentação.

Então, as referidas autoras fizeram uma revisão bibliográfica apoiada nos autores Marre (1991), Silva (1998), Martinelli (1999) e Alberti (2007) para enumerar os principais fundamentos epistemológicos a serem considerados na pesquisa da história oral, sendo eles:

1) Primazia epistemológica: É preciso que a/o pesquisadora/or atribua caráter científico em sua pesquisa para que a história oral se efetive enquanto eficiente e verdadeiro instrumento de investigação, por isso, ela/ele precisa se guiar através de um conhecimento teórico prévio, com seu problema de pesquisa inserido em um projeto formulado anteriormente, assim como já coletadas as informações sobre o campo a ser pesquisado e definidas quais técnicas e instrumentos serão usados, e no decorrer do processo da pesquisa, são as fundamentações teóricas e a hipótese problematizadora que orientarão a investigação, buscando a construção do conhecimento através do levantamento, interpretação e análise dos dados empíricos. (GONÇALVES E LISBOA, 2007)

2) Vigilância epistemológica: É definida por Gonçalves e Lisboa (2007) como uma condição imposta, de ruptura, entre o senso comum e o discurso científico, exigindo que a/o pesquisadora/or estabeleça certa distância científica perante o sujeito pesquisado, no sentido de tentar manter controle sobre os fatores subjetivos, visto que pela relação estabelecida ser social, entre pesquisadora/os e entrevistada/do, e os dados obtidos se configurarem como singulares, vivos e subjetivos, exigem, então, uma vigilância epistemológica.

3) Consciência e não-consciência: As referidas autoras apontam que a história oral se torna fonte válida para o conhecimento sociológico quando os conteúdos das falas da/o entrevistada/o vão além dos significados e sentidos expressados conscientemente por ela/ele, no sentido de que, é preciso que a/o pesquisadora/or extraia do material empírico as relações que conformam

os processos sociais e seu sentido, sendo analisadas com base nos referenciais teóricos e metodológicos pertinentes à pesquisa.

4) Objetividade e subjetividade: as referidas autoras reafirmam a importância no trabalho qualitativo de entrelaçar a dimensão pessoal/subjetiva com a estrutura social, se apoiam em Giddens (1989) para evidenciar a interação dialética entre a ação e a estrutura. Explicam que a narração de uma pessoa acerca de sua vida, valores e cultura, contém certamente subjetividades, e as objetividades da estrutura de sua realidade e cultura não deixam de ser refletidas nos relatos, pois “cada sociedade é uma maneira de fazer o tempo, de construir o tempo e é na sociedade que o indivíduo torna-se sujeito”. (GONÇALVES E LISBOA,2007,p.87)

5) Singularidade e totalidade: As autores se apoiam em Marre (1991) para discorrer que é preciso dar uma totalidade sintética às histórias singulares de vida para conseguir atingir ao geral, que é formado a partir das especificidades de cada uma, e nesse sentido, cabe à/ao pesquisadora/or reconstruir em cada história a presença e atuação de relações básicas e complexas relacionadas com as categorias sociedade, grupo e indivíduo expressadas na entrevista, pois, “são relações ligadas à estrutura social e grupal e ainda à idéia de rearranjo e reapropriação do social que o indivíduo faz como unidade singular de seu relato.” (GONÇALVES E LISBOA,2007, p.87)

6) Compreensão na perspectiva hermenêutica: As autoras colocam que esta abordagem procura apreender e explicar o sentido que as pessoas e grupos sociais dão às suas ações, enquanto a realização de uma intenção. Compreendendo que as ações humanas são o reflexo de uma consciência, são o resultado de valores e motivações, sendo, então, fundamental a empatia para entendê-las.

7) Historicidade: Nesta questão, as autoras elucidam que a/o pesquisadora/or deve considerar o caráter processual e dinâmico da pesquisa e sua relação com o tema pesquisado, porque a pesquisa qualitativa busca a perspectiva histórica e toda realidade social está em constante alteração, e de mesmo modo, a realidade que permeia o tema pesquisado não é consolidada, se apoiam em Alberti (2007) para mostrar que a história oral enquanto campo de pesquisa é totalizadora, uma vez que pesquisadora/or e pesquisada/o buscam conscientemente reconstruir e ressignificar o passado.

Assim, a epistemologia é questão primordial na pesquisa, por favorecer o processo de construção do conhecimento sob duas óticas: a lógica da validação e a lógica da descoberta, e a própria reflexão epistemológica que vai garantir a exatidão, o rigor e a precisão do procedimento científico. (GONÇALVES E LISBOA, 2007)

Uma grande contribuição para o entendimento da história oral fornecido por Matos e Senna (2011) é da existência de diferentes práticas e estilos dentro da própria metodologia, sendo pelo menos quatro grandes modalidades, cada uma atuando de maneira particular. Sendo elas: O estilo do “arquivo documentalista”, em que a história oral se equivale a criar e organizar documentos transcritos advindos de entrevistas gravadas, em que as narrativas orais são transformadas em arquivos que buscam servir de referência a outras/os pesquisadoras/es. Já o estilo “difusor populista” trata a história oral como alternativa para a divulgação da história dos sujeitos que não foram incluídos nas histórias oficiais, nacionais ou internacionais, em que são construídos acervos orais mas que não buscam avançar seus conhecimentos. No estilo “reducionista” a história oral é tida como complementar pois, por si só, não é tida como suficiente, pois se trata de uma ilustração dramatizada das categorias abstratas e dos argumentos teóricos por conta da subjetividade presente. E por fim, o estilo “analista completo” que compreende a fonte oral não como mero apoio aos fatos, mas enquanto método particular, um meio para estabelecer relações com profundidade com as/os entrevistadas/os, em que as narrativas são interpretadas de maneira crítica e contextualizadas historicamente.

Assim, as autoras apontam que é inquestionável a vitalidade da metodologia, assim como sua importância para as pesquisas em história, pois é uma maneira de ampliar as possibilidades de conhecimento sobre as relações entre história e memória, assim como dos imaginários/mentalidades pessoais, e enquanto método fornece conhecimento histórico ao reconhecer as especificidades das trajetórias de indivíduos e grupos sociais que devem ser legitimados, conhecidos e respeitados.

2.2 Procedimentos e compreensões críticas para a História Oral

Matos e Senna (2011) em uma seção de seu artigo tratam especificamente sobre as entrevistas, elucidando que é de extrema importância estabelecer critérios para a formulação de boas perguntas para se obter boas respostas, assim como é necessário escolher a forma da entrevista, o perfil do grupo de sujeitos entrevistados, assim como avaliar as respostas verificando sua validade através de uma das técnicas citadas, sendo elas, a comparação com uma fonte externa, comparação com a narrativa de outro entrevistado, ou se atentar às incertezas, dúvidas e hesitações demonstradas pelo sujeito. Assim, a/o entrevistadora/or deve inicialmente se atentar à psicologia do sujeito depoente, assim como conhecê-la e respeitá-la.

As referidas autoras afirmam que o êxito da entrevista depende muito da relação de amizade estabelecida entre entrevistada/o e pesquisadora/or, sugerindo que ocorra encontros anteriores ao dia da entrevista, o que vai de encontro com a fala de Alves (2016), que afirma que as/os autoras/es da História Oral têm evidenciado a relevância da relação de qualidade que é possível ser construída entre pesquisadora/or e o sujeito pesquisado, em que o sucesso da entrevista se inicia antes mesmo dela ocorrer, quando é realizada uma preparação anterior, um contato e compartilhamento prévio da realidade a ser trabalhada entre a/o pesquisadora/or e a/o entrevistada/do. O que exige da/o pesquisadora/or uma leitura prévia, assim como consulta a outros documentos para um embasamento coerente, e não menos importante, definir se a entrevista será dirigida, semi-dirigida ou não dirigida: em que (Tourtier-Bonazzi, 1998, apud Matos e Senna 2011) a entrevista dirigida enquadra a testemunha em um questionário preestabelecido; a não dirigida pode afastar a testemunha do tema, e a mais indicada seria a semi-dirigida, pois seria um meio termo entre elas. Ademais, o lugar escolhido para a entrevista também tem sua importância, devendo ser um espaço tranquilo, em que não haja interferências e que a/o entrevistada/do se sinta à vontade.

Já na etapa da transcrição, esta deve ser feita pela/o próprio entrevistadora/or o quanto antes, em que as falas pouco audíveis precisam ser colocadas entre colchetes, as dúvidas/silêncios colocadas em reticências, as pessoas citadas devem ser colocadas por iniciais, se for o caso, as palavras de forte entonação colocadas em negrito, os risos devem ser grifados, como apontado por Matos e Senna (2011), e as autoras afirmam que passar por esse tipo de transcrição fará com que as entrevistas sirvam de fonte para outras/os pesquisadoras/es e que a própria gravação de áudio atua como um documento original a ser consultado, por isso não deve ser descartado.

As autoras explicam deve haver um termo de responsabilidade assinado pela/o pesquisadora/or pelo texto transcrito, assim como o projeto deve ser submetido a um comitê de ética, e quanto à publicação, (Tourtier-Bonazzi, 1998, apud Matos e Senna 2011) afirma que há variações de acordo com a/o própria/o pesquisadora/or, em que algumas/uns podem transformar os escritos em textos literários, já linguistas e sociólogos procuram publicar a entrevista o mais fielmente possível, e historiadores apresentam as perguntas e respostas objetivamente; sendo possível a opção por fazer recortes nas repetições, organizar os temas da entrevista por ordem cronológica, mas mantendo a fidelidade dos discursos e que seja um documento final agradável aos leitores.

Alves (2016) deixa nítido que apesar das entrevistas permitirem uma aproximação entre sujeito-pesquisada/do e pesquisadora/or, assim como o compartilhamento de experiências, é importante frisar que os interesses de ambos são diferentes, no sentido de que a/o pesquisadora/or busca ouvir e registrar os fatos que se relacionam com o tema estudado e à/ao sujeito-pesquisada/o interessa contar o que lhe é importante, significativo e que merece ser narrado. Assim, a autora ressalta que a/o pesquisadora/or pode fazer recortes da entrevista para atender aos objetivos da pesquisa mas com o compromisso ético de respeitar a perspectiva da narrativa apresentada pela/o entrevistada/do, com fidelidade à sua visão.

Thompson (1998) coloca que para obter sucesso na pesquisa com essa metodologia, a/o pesquisadora/or precisa ter algumas qualidades específicas, como demonstrar compreensão e simpatia pelos relatos, bem como o respeito, interesse e flexibilidade nas reações e na relação estabelecida com a/o entrevistada/do, e sobretudo, disposição em saber escutar. Argumento que vai de encontro com Gonçalves e Lisboa (2007) ao destacarem a importância de verdadeiramente escutar as experiências vivas, concretas e históricas das pessoas entrevistadas, visto que cada uma possui características e histórias singulares enquanto sujeitos no mundo, cada uma com seus valores, experiências e sonhos, e é preciso ouvi-las para que então seja possível as recompor através da escrita.

Na metodologia da História Oral, uma questão fundamental de princípio, é a importância dada à memória no desenvolvimento da entrevista, em que se propõe que a/o sujeito-pesquisada/o faça uma retomada de seu passado, mesmo que recente, como apontado por ALVES (2016), e essa presença do passado no presente das pessoas é a própria razão de ser da metodologia; a autora se apoia em (Meihy, 2005) para demonstrar que a História Oral oferece, desta forma, uma transformação no conceito de história e ainda garante um sentido social à vida das/os entrevistadas/os e leitores, que podem compreender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. Como apontado por Matos e Senna (2011), a História Oral é centrada na memória humana e sua habilidade de rememorar o passado como testemunha do vivido, em que a memória, enquanto presença do passado, atua como uma construção intelectual e psíquica de fragmentos significativos e representativos desse passado, não em totalidade mas parciais, advindos dos estímulos para a sua seleção. As autoras ressaltam que não se trata apenas de uma lembrança de um determinado indivíduo, mas de um sujeito inserido, influenciado e influenciador em um determinado contexto. Indo de encontro à fala de Thompson (1998, p.337) “a História Oral devolve a história às pessoas em suas próprias

palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.”

Segundo Matos e Senna (2011) a história oral enquanto método de pesquisa realiza entrevistas com pessoas que viveram ou testemunharam certos acontecimentos, conjunturas, ou pelas suas visões de mundo, e procura registrar e perpetuar as lembranças desses indivíduos e assim, permitir um conhecimento das experiências vividas de maneira mais dinâmica, que de outra forma, não seria possível conhecer. As autoras colocam que cada sujeito histórico possui uma percepção singular da sociedade da qual faz parte e por isso, não existe apenas uma história verdadeira, mas que se pode afirmar que se trata de uma percepção verdadeira do real, externada pela/o entrevistada/do, e que assim ela/ele se apropria melhor do mundo vivido e ao tornar público sua compreensão, de alguma forma, contribui para a explicação parcial de algum fenômeno.

Alves (2016) coloca que a metodologia da História Oral, antes de tudo, é um discurso dialógico, com relação às falas das/os entrevistadas/os e à análise das mesmas pela/o pesquisadora/or, no sentido de que a/o pesquisadora/or sempre afirma algo em relação ao dizer da/o outra/o, e ainda ressalta que, a opção de trabalhar com fontes orais não anula o trabalho com documentos escritos, pois o diálogo com outras fontes é necessário e inerente à essa metodologia.

2.3 A presença das colonialidades na academia e a História oral como prática contra hegemônica

Quijano (2005) define que a América Latina, com a invasão européia, foi o local de origem para a construção e estabelecimento da colonialidade e da globalidade como modo constitutivo de um novo padrão de poder, foi onde se iniciou o processo histórico que definiu a América Latina como lugar de dependência histórico-estrutural e igualmente, definiu a Europa Ocidental como o centro mundial de controle desse poder, estabelecendo novos elementos materiais e subjetivos que deram início à modernidade como modo de existência social.

O referido autor fornece um entendimento decolonial do passado latinoamericano, no sentido de que, a linearidade da história, como foi estabelecida e contada na perspectiva européia, é uma invenção colonial, porque não existe apenas uma história, mas sim uma co presença de tempos históricos e geo-culturais, que foi forçadamente reduzida a um espaço voltado ao exercício da colonialidade do poder. Assim, fica compreensível que a imposta

perspectiva eurocêntrica inibiu a percepção latinoamericana de sua própria experiência histórico-social, assim como gerou uma distorção na percepção de seus problemas e suas soluções, criando um território de desencontro entre a experiência, memória história e conhecimentos próprios.

Quijano (2005) também aponta que foi a partir do contato violento entre os europeus e os povos indígenas originários que se adotou o termo “raça” para se consolidar a dita superioridade europeia, e assim, ocorreu o extermínio de um total estimado de mais de cem milhões de nativos, sendo mais de metade da população indígena existente. O que gerou não só a eliminação física desses sujeitos, mas a eliminação de sujeitos criadores que detinham diversos conhecimentos, culturas e experiências; da mesma forma foi empregado um esforço repressor da subjetividade e materialidade de seus sobreviventes ao longo do tempo, com a finalidade de mantê-los na condição de camponeses iletrados, dependentes e culturalmente colonizados.

O autor aponta que, de modo diferente mas não menos violento, ocorreu o aniquilamento histórico-cultural das/dos sequestradas/os do continente africano, que também tiveram suas identidades racializadas primeiramente como “escravos/os”, depois como “negras/os”, sofrendo um desenraizamento traumático e violento pelos europeus, e um apagamento de toda a sua subjetividade prévia enquanto detentores de complexas e sofisticadas experiências de civilização, cultura, história, conhecimento e poder.

As colonialidades, como fenômeno histórico e cultural que permanece mesmo com o fim do colonialismo, como apontado por Quijano (2005) como a identidade, a modernidade, a unidade, o desenvolvimento, e acrescenta-se, o racismo contra indígenas e população negra, o patriarcado que se subdivide à machismo, lgbtqia+fobia, misoginia e abusos diversos, o eurocentrismo, são questões que aparentam ser familiares e permanentes, são estruturais e fazem parte da constituição da experiência e imagem da América Latina. O combate a cada uma das colonialidades não pode ser entendido individualmente, e dentro dessa lógica hegemônica, suas resoluções são ainda determinadas como utópicas, como sugere o autor:

Como está pressuposto nesse debate, a solução dos problemas que são inerentes a qualquer deles implica, requer, a de cada um dos demais. Essa condição tornou-os até aqui invulneráveis a todas as tentativas de erradicá-los de nossa existência social cotidiana, visto que a hegemonia da perspectiva eurocêntrica de conhecimento levou a maioria, por um lado, a pensar tais problemas separados entre si, e por outro, a tentar resolvê-los gradualmente e em seqüência. E por isso mesmo, a perceber as propostas e tentativas alternativas como meras “utopias”- no sentido degradado do termo e não como propostas

de mutação ou de produção de novos sentidos históricos. (QUIJANO, 2005, p.24)

É importante compreender o entrelaçamento das colonialidades e perceber que elas compõem as estruturas sociais, invadem o cotidiano e assolam também no âmbito individual. Grada Kilomba, em seu livro *“Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano”* oferece inúmeras contribuições que auxiliam na compreensão de como o racismo ainda atua severamente na vida de pessoas negras, especialmente mulheres negras. O livro que é fruto de seu doutorado, traz a história e experiências de racismo vivida por ela ao longo de sua vida e enquanto universitária e de outras mulheres que partilham de seu sentimento e vivências, que são expostas e analisadas cuidadosamente através da metodologia da análise episódica, entendida como constituinte da história oral. O intuito da autora é subverter o academicismo hegemônico que exclui sujeitos oprimidos da história, esses que têm suas vozes reprimidas e para a academia são, quando são, apenas objeto de pesquisa. A autora discorre sobre as colonialidades do poder, do ser e do saber através de situações cotidianas de opressão.

A colonialidade do saber consiste na persistência das estruturas coloniais na esfera do conhecimento, no sentido de que as relações do poder estabelecidas no período colonial continuam influenciando e moldando o conhecimento produzido e disseminado. O conhecimento ocidental, que é sobretudo eurocêntrico, mantém as relações de poder e as hierarquias, em que seus modos de conhecimento são priorizados em detrimento de outros.

Kilomba (2019) afirma que o que se encontra nas universidades não é uma verdade científica objetiva, e sim o resultado de relações desiguais de poder, de raça. Porque as estruturas que validam o conhecimento, que define o que é válido, verdadeiro, erudito, são inspecionadas por acadêmicos brancos, em que homens e mulheres brancos têm o poder de declarar suas perspectivas como condições universais.

A autora discorre que enquanto as posições de comando e autoridade acadêmicas não forem oportunizadas às pessoas de outras raças, as determinações sobre o que é ciência permanecerão intactas, como “propriedade” inquestionável e exclusiva da branquitude. Visto que toda forma de conhecimento que não se encaixe na perspectiva eurocêntrica do saber tem sido permanentemente excluída, sob a justificativa de não ser ciência plausível, assim, a ciência não é um estudo a-político da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que é aceitável e credível.

Seguindo o raciocínio da autora (Kilomba, 2019) os paradigmas, temas e metodologias das ciências refletem os interesses políticos particulares da branquitude, não um espaço

heterogêneo para a teorização, em que a própria epistemologia, enquanto ciência da obtenção do conhecimento que define quais questões merecem ser colocadas, a forma que as pesquisas devem ser feitas, analisadas e explicadas para produzir conhecimento, determina o que é conhecimento e por consequência, em quem confiar e acreditar.

Diante de tudo o que foi apresentado, é possível compreender mais profundamente porque a história oral, enquanto metodologia, ainda hoje sofre resistências. Kilomba (2019) afirma que ocorre uma inadequação do academicismo hegemônico em se relacionar com sujeitos marginalizados e com suas experiências, teorizações e discursos que não deixam de refletir a realidade política, histórica, emocionais e sociais das relações raciais em espaços acadêmicos, e por isso, deveriam ser associadas teórica e metodologicamente. Gonçalves e Lisboa (2007) afirmam que a história oral, a partir da investigação da realidade desses sujeitos e das relações ocultas nas estruturas sociais, têm conseguido desvendar várias questões.

Desta forma, Kilomba (2019) demanda uma epistemologia que abarque o subjetivo e o pessoal como parte do discurso acadêmico, afirmando que todo sujeito fala a partir de um tempo, lugar, história e realidade específicas, e assim, não há discursos neutros. E quando acadêmicos brancos asseguram ter discursos neutros e objetivos, não reconhecem o fato de que escrevem de um lugar específico que evidentemente não é objetivo, neutro ou universal, mas sim dominante e privilegiado.

Portanto, é possível compreender que a história oral faz parte de um movimento questionador do poder hegemônico e sua prática, quando realizada de maneira crítica, tem muito a contribuir por proporcionar uma desconstrução de narrativas dominantes, assim como propiciar outras perspectivas de ciência e de realidade ao incluir vozes e histórias diversas, que de outra forma, podem ser excluídas ou marginalizadas das narrativas históricas tradicionais, assim, pode contribuir para uma representação e representatividade mais inclusiva e ampla da história.

3 Metodologia

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico, em que se buscou na internet, em plataformas diversas, artigos e livros abordando a História Oral em perspectivas críticas e cronológicas, que evidenciam suas possibilidades enquanto método, bem como seus desafios frente às históricas contestações que sofre quanto à sua credibilidade. Assim como, buscou-se estabelecer este diálogo com autores que embasam teoricamente concepções contra

hegemônicas, especificamente em relação às colonialidades do poder e do saber que ainda se perpetuam no ambiente acadêmico e que fazem com que métodos como a história oral sejam desqualificados.

4 Resultados

Foi possível compreender que ao longo das épocas, a metodologia da História Oral tem sofrido muitas resistências. Seja pela presença das subjetividades em demasiado, pela relação social-pessoal estabelecida entre pesquisadora/or e sujeito pesquisada/do, pela incorporação de sujeitos excluídos e sua cultura enquanto sujeitos históricos protagonistas, pela escala de análise ser reduzida, e pela forma de conhecimento eurocêntrica dominante que não reconhece outras formas de conhecimento e fazer científico.

Acredita-se que a cada uma dessas críticas, a história oral apresenta arcabouços teóricos e epistemológicos para refutá-las, como foi proposto demonstrar no decorrer do texto. Assim, diante da realidade brasileira atual, o que parece ser a fonte para a maior resistência em fornecer credibilidade à metodologia, é a presença das colonialidades do poder e saber que, enquanto pilares estruturais da sociedade, moldam a compreensão geral e estabelecem hierarquias sociais, institucionais e das formas de conhecimento, rejeitando compreensões e fazeres científicos que não condizem com a perspectiva eurocêntrica hegemônica. E pelas posições privilegiadas ocupadas pelos acadêmicos, que em maioria são brancos, a história oral ainda pode ser desqualificada, mas a insistência em sua realização, diante do que foi dito, certamente vem a ser parte de um movimento contra hegemônico, que valoriza a própria cultura, saberes, evidencia sujeitos históricos-culturais como criadores e participantes da história, lhes permite a reflexão crítica acerca de si mesmos, suas vidas, suas trajetórias e auxilia na recomposição de uma história nacional outra, que não submetida às ditas verdades externas que não condizem com a realidade aqui vivida. A história oral, nesse sentido, busca evidenciar suas próprias referências, a sua própria história, em detrimento de tê-la contada por terceiros. Pode ser compreendida, assim, como metodologia de resistência, enquanto movimento de autonomia nacional.

5 Considerações Finais

Este artigo buscou evidenciar a prática da História Oral enquanto metodologia de pesquisa válida, credível e como parte de um movimento de produção de conhecimento

emancipatório, que contesta o poder hegemônico (este que se materializa através das colonialidades do poder e do saber, enquanto estruturas eurocêntricas que determinam as formas de conhecimento válidas que ainda se fazem vivas e atuantes na sociedade brasileira, e especialmente nas universidades), e que este possivelmente seja o maior entrave em relação à História Oral. Assim, evidencia-se a questão das colonialidades para anunciar a metodologia como possibilidade crítica alternativa, capaz de transformar as configurações do conhecimento tradicionais, valorizar criticamente sujeitos criadores da história e incorporar suas compreensões com embasados fundamentos epistemológicos, construir o conhecimento coletivamente, ainda oportunizar aos sujeitos participantes reflexões críticas acerca de suas trajetórias de vida frente às estruturas sociais opressoras, assim como um reconhecimento de si enquanto sujeito criador, fazedor de espaços, história e cultura, que detém saberes e conhecimentos específicos/singulares/coletivos, e que suas vivências não deixam de refletir as estruturas sociais que precisam ser transformadas. Conclui-se que a metodologia, ao transformar objetos em sujeitos da pesquisa, favorece a criação de espaços para outras formas de teorização, prática e compreensão da realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A Importância da História Oral como metodologia de pesquisa. **Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História.** Ituiutaba-MG. p.1-9, 2016. Disponível em:<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraaalves.pdf>. Acesso em 11/11/2023

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Katálysis.** Florianópolis, v. 10, p. 83-92, 2007. Disponível em:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300009/5743>. Acesso em 12/11/2023

KILOMBA, Grada. **Memória da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Editora Cobogó, 2019.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ,** Rio Grande, v.2, p.95-108, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/3264>. Acesso em 11/11/2023

PEREIRA JUNIOR, Errol Fernando Zepka; BIROCHI, Rene. Estigmatização em História Oral: [Des]construção de mitos acerca do método. **Revista Saberes e**

Sabores Educacionais, Itapiranga, Vol.9, p.122-134, 2022. Disponível em <https://revistas.uceff.edu.br/saberes-e-sabores/article/view/47/166>. Acesso em 15/11/2023

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, n. 19, v.55, p.9-31, 2005. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091>. Acesso em 15/11/2023

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.